O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE NS. 40, 41, 42 E 43.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDI DA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE, BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA RETIRAR O(S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO.

2015-0.119.886-2 ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA
DEFERIDO

COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O PEDIDO DE REFORMA E RESTAURACAO COM MUDA NCA DE USO, EM IMOVEL SITUADO A RUA GUIANANZES, N 1281 CAMPOS EL ISEOS, DE ACORDO COM O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE NS. 61 A 68, 69 A 93, 94 A 101 E 102 A 126.

SALIENTAMOS QUE DEV ER SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE, BEM COMO S EREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA RETIRAR O(S) DO CUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO.

2015-0.228.903-9 MUSEU DE ARTE DE SAO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND - M
PARCIALMENTE DEFERIDO

EM SUA 626 REUNIAO ORDINARIA DE 15 DE MARCO DE 2016, O COLEGIADO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO HISTORICO, CUL TURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SAO PAULO - CONPRESP, COM FUNDAMEN TO NOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, CONSIDERANDO O PARECE R DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO, E ACOLHENDO O RELATORIO DO CONSELHEIRO RELATOR, MANIFESTOU-SE FAVORAVELMENTE AO PROJETO CONSOLIDADO DE ADEQUACAO DO EDIFICIO DO MASP AS NORMAS DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, SITUADO NA AVENIDA PAULISTA, N 1578 CERQUEI RA CESAR, COM AS SEGUINTE DIRETRIZES:

O ACABAMENTO DE TODOS OS ELEMENTOS DA CAIXILHARIA METALICA (VENEZIANAS E PERFIS) DE TODAS AS FACHADAS DEVERA SER NA COR GRAFITE ESCURO, PARA GARANTIR QUE E LES NAO SE DESTAQUEM NO CONJUNTO CROMATICO DE EDIFICIO;

DEVERA SE R APRESENTADO O PROJETO EXECUTIVO DEFINITIVO DAS SOLUCOES ADOTADA S.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE NO LOCAL, BEM COMO DEVERAO SER CONSULTADOS, SE NECESSA RIO, OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO O TERA PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA RETIRAR UMA DAS COPIAS DO P ROJETO QUE FOI APRESENTADO.

2015-0.238.936-0 CONDOMINIO EDIFICIO PATRIARCA DOCUMENTAL

COM BASE NO PARECER DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO - DPH , E TENDO EM VISTA A EXPRESSA DESISTENCIA POR PARTE DO INTERESSAD O EM CARTA DATADA DE 14/03/2016, ASSINADA POR JORGE ANGELO FANTON I - RESPONSAVEL TECNICO E POR ROGERIO MAIA VIEIRA - SINDICO, AQRQ UIVE-SE.

2015-0.282.179-2 CONDOMINIO EDIFICIO CBI-ESPLANADA
DEFERIDO

COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O PEDIDO DE REGULARIZACAO DO EDIFICIO CBI ESPLANADA, EM IMOVEL SITUADO A RUA FORMOSA, N 361 CENTRO, DE ACO RDO COM O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE NS. 106 A 11 4 E 117 A 125.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE, BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA RETIRAR O(S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APO S O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO.

2016-0.003.429-9 CSL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

DEFERIDO
COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O REFORMA COM ACRESCIMO DE AREA, EM IMOVEL SITUADO A RUA VERGUEIRO, 101 LIBERDADE, DE ACORDO COM O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE N 86 A 90 E 93 A 97.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE , BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA RET IRAR O(S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO.

2016-0.005.817-1 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PARCIALMENTE DEFERIDO
EM SUA 627 REUNIAO ORDINARIA DE 29 DE MARCO DE 2016, O COLEGIADO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO HISTORICO, CUL TURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SAO PAULO - CONPRESP, COM FUNDAMEN TO NOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, CONSIDERANDO O PARECE R DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ACOLHENDO O RELATORIO DA CONSELHEIRA RELATORA, MANIFESTOU-SE FAVORAVELMENTE AO PROJETO PARA REQUALIFICACAO URBANISTICA DOS PORTOES 1 E 2 DE ACESSO AO P ARQUE DO IBIRAPUERA E DA AREA QUE ARTICULA O CONJUNTO DE EDIFICIO S PAVILHAO DE EXPOSITOES LUCAS NOGUEIRA GARCEZ (OCA), AUDITORIO I IBIRAPUERA E MARQUISE, COM AS SEGUINTE DIRETRIZES:

1) APRESENTAR, PARA APROVACAO NO CONPRESP, O PROJETO DE RESTAURO DAS PEQUENAS M ARQUISES EXISTENTES;

2) O PROJETO DE MANEJO ARBOREO DEVERA SER SUBMETIDO A APROVACAO DE DEPAVE/SVMA;

3) A MUDANCA DE LOCAL DO MONU MENTO A IBRAHIM NOBRE DEVERA SER DEFINIDA JUNTO A COMISSAO DE GES TAO DE OBRAS E MONUMENTOS ARTISTICOS EM ESPACOS PUBLICOS DO DPH;

4) MANTER O MESMO PISO EMBAIXO DA MARQUISE QUE ADENTRA A PRACA.

S ALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INC IDENTE NO LOCAL, BEM COMO DEVERAO SER CONSULTADOS, SE NECESSARIO, OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TE RA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA RETIRAR UMA DAS COPIAS DO PROJE TO QUE FOI APRESENTADO.

2016-0.018.896-2 ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPAÇÕES LTDA

DEFERIDO
COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O PEDIDO DE REFORMA E DESDOBR O DE LOTE EM IMOVEL SITUADO A AVENIDA LIBERDADE, 73 LIBERDADE, DE ACORDO COM O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE N 35 E 36.

SALIENTA MOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE, BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E F EDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA RETI RAR O(S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO.

2016-0.018.901-2 ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPAÇÕES LTDA
DEFERIDO

COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O PEDIDO DE REFORMA E DESDOBR O EM IMOVEL S ITUADO A RUA AVENIDA LIBERDADE, 87 LIBERDADE, DE ACORDO COM O PR OJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE N 36 E 37.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE, BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA RETIRAR O(S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQU IVADO.

2016-0.035.578-8 NATIVA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.-ME
DEFERIDO

COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O REFORMA DE AREA E MUDANCA DE USO, EM IMO VEL SITUADO A ALAMEDA DINO BUENO, 492 CAMPOS ELISEOS, DE ACORDO COM O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE N 33, 34, 37 E 3 8.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE, BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS PARA RETIRAR O(S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PR OCESSO SERA ARQUIVADO.

2016-0.050.372-8 SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCACAO

DEFERIDO
COM BASE NO DISPOSTO NOS ARTIGOS 18 E 21 DA LEI N 10.032, DE 27 D E DEZEMBRO DE 1985, E TENDO EM VISTA O PARECER TECNICO EMITIDO PE LA DIVISAO DE PRESERVAÇÃO, A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO NIO HISTORICO AUTORIZA O PEDIDO DE REFORMA EMERGENCIAL DA EE PROF . JOSE ESCOBAR, COM ORIENTACAO PARA UM FUTURO PROJETO DE RESTAURO , EM IMOVEL SITUADO A RUA GREENFIELD, N 130 IPIRANGA, DE ACORDO C OM O PROJETO APRESENTADO, JUNTADO SOB FOLHAS DE NS. 20 E 42.

SAL IENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA TODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCID ENTE, BEM COMO SEREM CONSULTADOS OS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUA L E FEDERAL.

I. O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA RETIRAR (S) DOCUMENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO.

2016-0.064.904-8 SOCIEDADE DE INSTRUC.E BENEF. COLEGIO STELLA MARIS
DOCUMENTAL

O IMOVEL EM QUESTAO ESTA ISENT O DE MANIFESTACAO POR ESTA UNIDADE TENDO EM VISTA NAO INCIDIR SOBRE O MESMO, LEGISLACAO DE PRESERVAC AO MUNICIPAL ATE ESTA DATA.

SALIENTAMOS QUE DEVERA SER ATENDIDA T ODA A LEGISLAÇÃO EDILICIA INCIDENTE NO LOCAL, BEM COMO SEREM CONS ULTADOS OS DEMAIS ORGAOS DE PRESERVAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL.

I - O INTERESSADO TERA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA RETIRAR OS DOCUM ENTO(S) APRESENTADO(S), APOS O QUE O PROCESSO SERA ARQUIVADO

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

CESSÃO DE ESPAÇO
Publicado por omissão no D.O.C de 08.09.2016
Processo SEI 6025.2016/0000746-8

À vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação da Comissão de Avaliação do CCSP 0285879 e da manifestação da assessoria jurídica 0286246, que acolho, e com fundamento no art. 2º do Decreto Municipal nº 54.063/2013, **AUTORIZO** a cessão do piso Flavio de Carvalho do Centro Cultural São Paulo, ao INSTITUTO ITALIANO DE CULTURA, inscrito no CNPJ sob nº 20.159.867/0001-00, representado legalmente por seu diretor Renato Poma, inscrito no CPF sob nº 236.408.318-45, para exposição fotográfica de Valério Bispuri “Mirada Interior”, no período de 10 de abril a 29 de maio de 2016, conforme proposta 0241610, com dispensa de pagamento do preço público, conforme item 8.2 das Disposições Gerais dos Procedimentos para a cessão de espaços da Secretaria Municipal de Cultura, do Decreto Municipal nº 55.823/2014, por se tratar de evento solicitado por instituição sem fins lucrativos.

EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Protocolo CME nº 17/15
Interessado Centro de Educação e Recreação Infantil Geração 2001 (DRE Itaquera)
Assunto Recurso contra indeferimento de pedido de autorização de funcionamento
Relatora Conselheira Carmen Vitória Amadi Annunziato
Parecer CME nº 451/16
CEB
Aprovado em 17/03/16
CONCLUSÃO
À vista do exposto e considerando-se que o Centro de Educação e Recreação Infantil Geração 2001 deverá se manter sob o acompanhamento da Supervisão Escolar da DRE Itaquera:

1. defere-se o pedido, autorizando-se o funcionamento do Centro de Educação e Recreação Infantil Geração 2001 , CNPJ 04.475.688/0001-17, localizado à Rua Serafim de Abreu, 78 – Jardim Colorado, São Paulo, DRE Itaquera, para atender crianças na faixa etária de 02 a 05 anos de idade;

2. solicita-se à DRE Itaquera, que adote as providências subsequentes, incluindo a aprovação do Regimento Escolar e a homologação e acompanhamento do Projeto Pedagógico. São Paulo, 8 de março de 2016.

Consª Carmen Vitória Amadi Annunziato
Relatora

PORTARIA Nº 2.974, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a implantação e implementação da Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, prevista na Lei nº 16.134/2015, regulamentada pelo Decreto nº 56.560/2015, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, CONSIDERANDO:

- a igualdade de todos perante a lei e a garantia de direitos e deveres individuais e coletivos nos termos do artigo 5º da Constituição Federal, legislação pertinente e suas especificidades;

- os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, conforme o disposto na Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente;

- o disposto na Lei nº 16.134, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a criação da Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, regulamentada pelo Decreto nº 56.560, de 28 de outubro de 2015;

- a Portaria SME nº 5.941, de 15 de outubro de 2013, que estabelece normas complementares ao Decreto nº 54.454, de 10 de outubro de 2013, que dispõe sobre diretrizes para elaboração do Regimento Educacional das Unidades da Rede Municipal de Ensino;

- que o conflito é inerente às relações sociais e todos - crianças, jovens e adultos - podem lidar com eles de forma crítica, reflexiva e transformadora;

- o apoio e desenvolvimento dos meios restaurativos de solução de conflitos, que atendam às necessidades dos envolvidos, propiciando a definição de corresponsabilidades, na perspectiva do exercício da cidadania;

- a necessidade de atuar de forma preventiva nas Unidades Educacionais, objetivando a redução das diferentes formas de violência;

- a importância de instituir nas Unidades Educacionais a cultura da mediação, integrada ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico;

- a importância da convivência democrática entre os Profissionais da Educação, educandos(as) e demais membros da comunidade escolar, baseada na cultura do respeito, na valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, cultural e no pluralismo de crenças e ideias;

- o fortalecimento do protagonismo dos(as) educadores(as) e educandos(as) no processo educativo;

- a promoção dos direitos humanos na construção de uma cultura da mediação de conflitos como proposta de uma sociedade mais justa e democrática;

- a importância das organizações democráticas nas Unidades Educacionais como: Conselhos de Escola, Grêmios Estudantis, Assembleias Infantis e Juvenis, Assembleias escolares, dentre outras, mobilizadoras e estratégicas na resolução dos conflitos.

RESOLVE:
Art. 1º - A implantação e implementação da Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino observará as diretrizes previstas na Lei nº 16.134, de 12 de março de 2015 e no Decreto nº 56.560, de 28 de outubro de 2015, bem como os procedimentos estabelecidos na presente Portaria.

Art. 2º - A Comissão de Mediação de Conflitos de que trata esta Portaria, terá o objetivo de atuar na prevenção e na resolução dos conflitos escolares que prejudiquem o processo educativo e envolvam educandos, professores e servidores.

§1º - Para os fins do disposto na Lei nº 16.134/15, regulamentada pelo Decreto 56.560/15, considerar-se-ão conflitos escolares as divergências entre educandos, professores e servidores da Unidade Educacional, agravadas pela dificuldade em estabelecer diálogo e que possam desencadear, entre eles, diferentes tipos de violência.

§ 2º - Exclui-se do conceito previsto no “caput” deste artigo o conflito que envolva, exclusivamente, Profissionais da Educação, ao qual deverá ser aplicada a legislação pertinente.

§3º - Os atos infracionais que violem direitos indisponíveis, que exijam a adoção das medidas previstas na Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, não serão submetidos à mediação de conflitos.

§4º - A mediação de conflitos constituir-se-á no processo imparcial de resolução do conflito em que os próprios envolvidos cheguem a uma solução para suas demandas com auxílio dos mediadores.

Art. 3º - Nas Unidades Educacionais, os conflitos escolares serão tratados de forma interdependente e complementar, considerando a cultura da mediação de conflitos e as ações desenvolvidas pela CMC.

Parágrafo único: A cultura da mediação de conflitos deverá constituir-se em tema de amplo debate nas Unidades Educacionais, vinculado ao seu Projeto Político-Pedagógico, ao currículo e às ações de formação, visando à construção de práticas mais justas em ambiente escolar e baseadas no diálogo, na prevenção e na gestão de conflitos.

Art. 4º - Para o fortalecimento do diálogo e da aprendizagem, a atuação da CMC terá como pressupostos:

I - a autonomia;

II - a responsabilidade;

III - a solidariedade.

§ 1º - Os pressupostos referidos no “caput” deste artigo deverão ser articulados e indissociáveis.

§ 2º - Os referidos pressupostos deverão considerar que a Unidade Educacional poderá construir um currículo inerente à gestão democrática e ao protagonismo infantil e juvenil, na perspectiva da educação integral.

Art. 5º - A mediação de conflitos observará os seguintes princípios, dentre outros aplicáveis à matéria:

I - voluntariedade das partes;

II - imparcialidade dos mediadores;

III - isonomia entre as partes;

IV - busca do consenso;

V - confidencialidade do procedimento.

Art.6º - A composição da Comissão de Mediação de Conflitos- CMC dar-se-á por meio de processo eletivo pelos Conselhos de Escola/CEI/CEMEI/CIEJA, observado o disposto no art. 6º do Decreto nº 56.560/15, pelo período de 1 (um) ano, com direito a uma única recondução.

§1º - A eleição para a composição da Comissão deverá ocorrer em, até, 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, com registros lavrados em ata em livro próprio.

§2º - Excepcionalmente, para o ano em curso, a Comissão deverá ser constituída no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação desta Portaria.

§3º - Dever-se-á garantir a continuidade das ações da Comissão até a finalização do próximo processo eletivo.

§4º - Nos CEIs, CEMEIs e EMEIs, a Comissão de Mediação de Conflitos - CMC decidirá sobre a necessidade e a pertinência da participação dos(as) educandos(as) como mediadores(as), respeitando os direitos de os assistem e as características das diferentes faixas etárias e considerando a natureza e as especificidades dos conflitos.

Art. 7º - A Comissão de Mediação de Conflitos - CMC terá as seguintes atribuições:

I - mediar conflitos ocorridos no interior da Unidade Educacional que envolvam educandos(as) e Profissionais da Educação;

II - orientar a comunidade escolar por meio da mediação independente e imparcial, sugerindo medidas para a resolução dos conflitos;

III - identificar as causas das diferentes formas de violência no âmbito escolar;

IV - identificar as áreas que apresentem risco de violência nas Unidades Educacionais;

V - apresentar soluções e encaminhamentos à Equipe Gestora da Unidade Educacional para equacionamento dos problemas enfrentados.

Parágrafo único - Para o exercício das atribuições constantes no “caput” deste artigo, a CMC observará, ainda, os dispositivos da Lei Federal nº 8.069, de 1990, bem como dos Decretos nº 54.453 e nº 54.454, ambos de 10 de outubro de 2013, e da legislação pertinente.

Art. 8º - A atuação das Comissões de Mediação de Conflitos dar-se-á conforme segue:

I - reuniões mensais para reflexões, planejamento das ações, avaliação e encaminhamentos;

II - reuniões extraordinárias para atendimento aos (às) educandos(as) e/ou familiares, quando necessário e considerando a disponibilidade dos membros da CMC de cada Unidade Educacional.

Art. 9º - A Comissão de Mediação de Conflitos - CMC será coordenada pelo representante da Equipe Gestora, que terá as seguintes atribuições:

I - promover, juntamente com os demais membros da CMC, amplo debate sobre a cultura da mediação de conflitos e as diferentes formas de violência no ambiente escolar;

II - participar de ações de formação em cultura da mediação de conflitos oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação - SME;

III - garantir e sistematizar os registros das ações e encaminhamentos propostos pela CMC;

IV - acompanhar as ações e encaminhamentos propostos;

V – articular ao Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, com os diversos segmentos que a compõe, as propostas e ações da CMC;

VI - integrar e articular, com os demais membros da CMC, a Unidade Educacional nas ações intersetoriais da Rede de Proteção Social do território, em busca de soluções e encaminhamentos conjuntos;

VII – rever, se necessário, juntamente com a comunidade escolar, as normas de convívio estabelecidas no Regimento Educacional da Unidade.

Art. 10 - A composição do Grupo de Mediação de Conflitos das Diretorias Regionais de Educação dar-se-á na conformidade do disposto no parágrafo 1º do art. 9º do Decreto nº 56.560/15, com registro formalizado em ata em livro próprio, pelo Diretor Regional de Educação.

Art. 11 - O Grupo de Mediação de Conflitos da Diretoria Regional de Educação terá as seguintes atribuições:

I - acompanhar a implantação e implementação das CMCs;

II - apoiar e acompanhar as ações das CMCs;

III - auxiliar as CMCs quando esgotadas as possibilidades de intervenção nas situações de maior complexidade;

IV - propor ações de formação em mediação de conflitos;

V - articular e fortalecer as ações intersetoriais da Rede de Proteção Social no território da DRE.

Art. 12 – Competirá à Secretaria Municipal de Educação - SME, por meio da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral - COCEU e da Coordenadoria Pedagógica - COPED:

I - apoiar na implantação e implementação das Comissões de Mediação de Conflitos - CMC nas Unidades Educacionais e dos Grupos de Mediação de Conflitos das Diretorias Regionais de Educação;

II - promover em parceria com outras Secretarias ou instituições a formação continuada para mediação de conflitos;

III - apoiar e acompanhar o desenvolvimento das ações dos Grupos de Mediação de Conflitos das Diretorias Regionais de Educação;

IV - articular e promover ações intersecretariais que contribuam para a atuação das Comissões de Mediação de Conflitos, bem como os Grupos de Mediação de Conflitos entre as DREs, visando o fortalecimento das Redes de Proteção Sociais dos territórios da cidade.

Art. 13 - O procedimento de mediação de conflitos deverá:

I - favorecer e estimular o diálogo entre as partes em conflito;

II - possibilitar que as partes envolvidas compreendam a complexidade das situações conflituosas, considerando não só os aspectos relacionais individuais, mas também os comunitários, institucionais e sociais que contribuíram para seu surgimento;

III – reconhecer, nas diferenças, formas criativas de resolução de conflitos;

IV - incentivar os envolvidos a identificar a gênese do conflito, com vistas à superação das diferentes formas de preconceito e discriminação, do racismo e da xenofobia, inclusive junto à comunidade educacional, se for o caso.

Parágrafo único – O procedimento de mediação será registrado em livro próprio, pela Comissão de Mediação de Conflitos, quando houver consenso entre as partes ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração dos mediadores ou por manifestação das partes envolvidas.

Art. 14 - A participação dos(as) educandos(as) na CMC deverá contribuir para:

I - mostrar a existência de alternativas não violentas para a resolução dos conflitos;

II - compreender, valorizar e respeitar a diversidade cultural, tomando a convivência escolar pautada na ética e no respeito;

III - promover e fortalecer o protagonismo infantil e juvenil;

IV - fortalecer a gestão democrática participativa e a construção da cidadania;

V - reduzir as formas de violência no ambiente escolar, contribuindo para a melhoria das relações;

VI - potencializar as aprendizagens na Educação Básica.